Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento
Regional
Mestrado e Doutorado

DOI: 10.17058/h1b4s347

30 anos do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá: um passado que ainda está por vir

Marco Antonio Chagas
Universidade Federal do Amapá – Macapá – Amapá – Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4792-9154

Adalberto Carvalho Ribeiro
Universidade Federal do Amapá – Macapá – Amapá – Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5039-7179

Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Universidade Federal do Amapá – Macapá – Amapá – Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3532-422X

Resumo
Este artigo discorre sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá implementado de 1995 a 2002 na gestão do governador João Alberto Capiberibe. A região de análise é o sul do estado do Amapá, limite com o Pará, descrita pelo jornalista Gilberto Dimenstein como uma das rotas de prostituição infanto-juvenil na Amazônia e que abriga o Projeto Jari. O objetivo do artigo é evidenciar as transformações ocorridas pelas ações do PDSA no sul do Amapá. A questão principal é registrar fatos e possíveis evidências de que o PDSA contribuiu para transformação socioambiental da região. Pesquisas em documentos sobre o PDSA e em literatura, além de anotações dos autores e entrevistas, instruíram os caminhos da escrita do texto. Boates que foram transformadas em escolas, apoio ao intercooperativismo da castanha-do-brasil, e a criação de áreas protegidas dão sustentação à afirmação de que o PDSA promoveu uma revolução na floresta, numa região da Amazônia profunda — o sul do Amapá.

Palavras–chave: PDSA. Sul do Amapá. Desenvolvimento Sustentável. Amazônia.

CC BY

30 years of PDSA: a past that is yet to come

Abstract
This article discusses the Sustainable Development Program of Amapá, implemented from 1995 to 2002 under the administration of Governor João Alberto Capiberibe. The area of analysis is the southern region of the state of Amapá, bordering Pará, described by journalist Gilberto Dimenstein as one of the routes of child and adolescent prostitution in the Amazon and home to the Jari Project. The objective of the article is to highlight the transformations brought about by the PDSA's actions in southern Amapá. The main issue is to record facts and possible evidence that the PDSA contributed to the region's socio-environmental transformation. Research in PDSA documents and literature, along with authors' notes and interviews, guided the writing of the text. Nightclubs that were transformed into schools, support for Brazil-nut inter-cooperativism, and the creation of protected areas support the assertion that the PDSA promoted a revolution in the forest, in a region deep within the Amazon — the south of Amapá.

Keywords: PDSA. Southern Amapá. Sustainable Development. Amazon.

30 años de PDSA: un pasado que está por venir

Resumen
Este artículo aborda el Programa de Desarrollo Sostenible de Amapá (PDSA) implementado entre 1995 y 2002 durante la gestión del gobernador João Alberto Capiberibe. La región analizada es el sur del estado de Amapá, limítrofe con Pará, descrita por el periodista Gilberto Dimenstein como una de las rutas de prostitución infantil y juvenil en la Amazonía, y que alberga el Proyecto Jari. El objetivo del artículo es evidenciar las transformaciones ocurridas a partir de las acciones del PDSA en el sur de Amapá. La cuestión principal es registrar hechos y posibles evidencias de que el PDSA contribuyó a la transformación socioambiental de la región. Investigaciones en documentos sobre el PDSA y en la literatura, además de notas de los autores e entrevistas, guiaron el proceso de redacción del texto. Cabarets que fueron transformados en escuelas, el apoyo al intercooperativismo de la castaña de Brasil y la creación de áreas protegidas respaldan la afirmación de que el PDSA promovió una revolución en la selva, en una región de la Amazonía profunda — el sur de Amapá.

Palabras clave: PDSA. Sur de Amapá. Desarrollo Sostenible. Amazonía.

1 Introdução

A partir de 1995, o estado do Amapá passou a adotar o desenvolvimento sustentável como política de governo. As lições aprendidas desta experiência na foz do Rio Amazonas, em um dos territórios mais protegidos da Amazônia, revelaram-se com o passar do tempo e um devido distanciamento necessário para se compreender seus significados, num contexto bem próximo ao pensamento gramsciano de que somente é possível compreender um momento histórico depois que ele se encerra (Gramsci, 2005).

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), idealizado e implementado de 1995 a 2002 pelo governador João Alberto Rodrigues Capiberibe (doravante Capiberibe), aconteceu num momento de transição democrática entre governos indicados e eleitos. Até 1988, o Amapá era tutelado, política e

economicamente, pelo Governo Federal devido à sua condição de Território Federal. Também era conhecido por abrigar uma das maiores jazidas de minério de manganês de alto teor, explorada até a exaustão de 1953 a 1998, com destino para os países do Norte global, os chamados "países desenvolvidos".

Capiberibe foi o segundo governador eleito, sucedendo o militar Annibal Barcellos que governou o Amapá tanto na condição de nomeado pela ditadura militar, de 1979 a 1985, como eleito após a redemocratização do Brasil, de 1991 a 1994. Nesse sentido, o PDSA aconteceu num momento em que o Amapá ainda mantinha forte dependência federal, democracia de baixa intensidade e condição de território de sacrifício de commodities minerais.

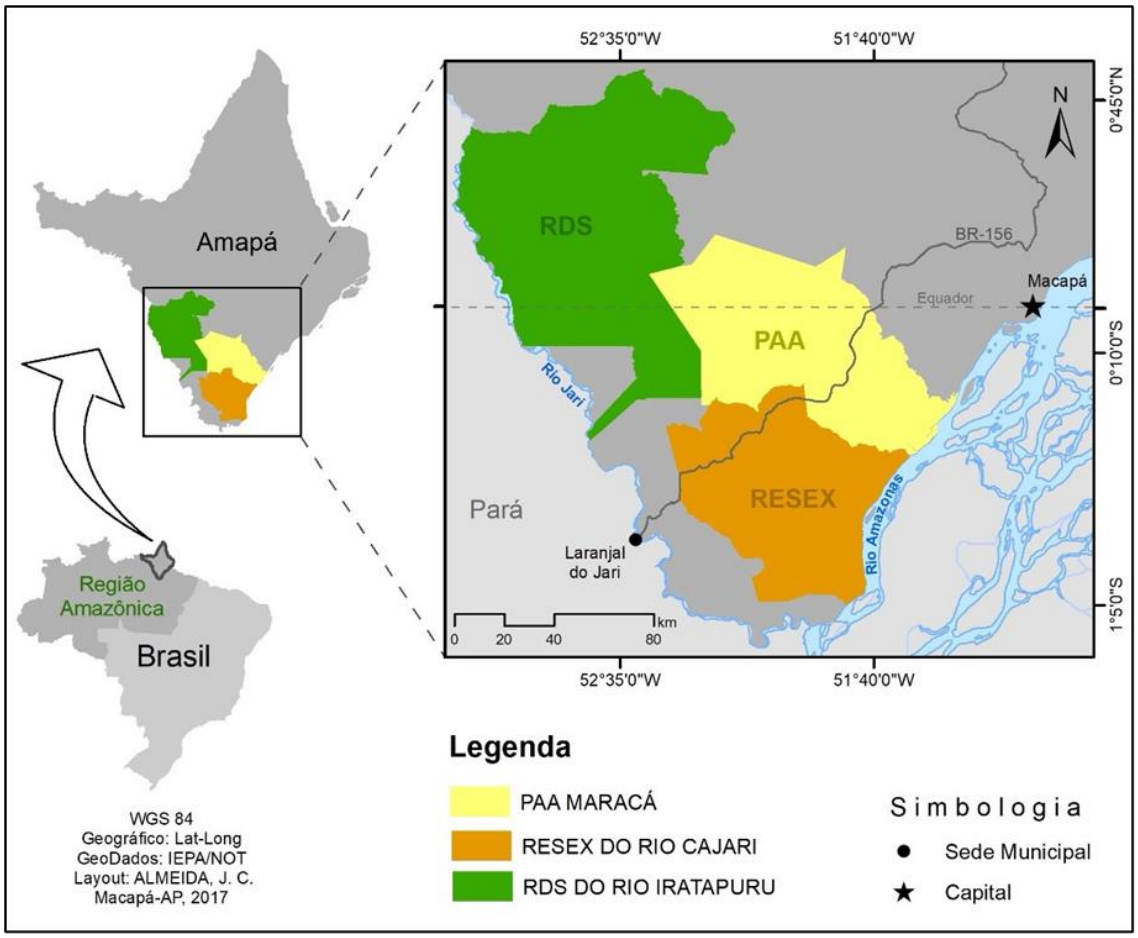
A partir de 1980, o Amapá também passou a ser um território de natureza protegida, tendo a maior parte de seu espaço físico destinado à criação de áreas protegidas federais. Aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, ou 70% da área total do Amapá, foram transformados em unidades de conservação e terras indígenas. As áreas protegidas do Amapá constituem um fantástico mosaico de ecossistemas intactos, com a presença de uma diversidade de populações tradicionais e ancestrais. A condição natural foi favorável ao PDSA.

No estado do Acre, o Governo da Floresta, ou "Florestania", liderado por Jorge Viana (eleito em 1998), também se alinhou às teses do desenvolvimento sustentável. Ou seja, da nascente à foz do rio Amazonas, o desenvolvimento sustentável se deu em governos progressistas, num momento em que o Brasil estava sob o regime neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Todavia, as teses do desenvolvimento sustentável estavam em alta e a figura de Chico Mendes e de seu legado dos "empates na floresta" eram muito presentes na Amazônia. Acreditava-se que se estava diante de uma alternativa de desenvolvimento para a região.

Neste contexto, o PDSA aconteceu numa região da Amazônia profunda, num momento de transição de sistema de governo — do autoritarismo para o democrático —, em condição de dependência econômica do governo federal e geopoliticamente condicionada a dois modelos antagônicos de desenvolvimento baseados na extração de recursos minerais e na preservação da natureza.

Este artigo destaca iniciativas que marcaram a implementação do PDSA, com ênfase nas transformações territoriais ocorridas no sul do Amapá e na sua indagação quanto ao caráter revolucionário da política pública. A Figura 1 ilustra o território em questão. Trata-se de uma abordagem não evolucionista de fatos locais do período de 1995 a 2002, fundamentada em análises de teorias críticas ao desenvolvimento.

Figura 1 – sul do Amapá, com destaque para áreas protegidas e assentamentos



Fonte: Elaborado pelo geógrafo Jodson Cardoso de Almeida.

A hipótese do texto é que o PDSA subverteu a lógica do autoritarismo e do progresso prometido pela exploração de recursos naturais num território amazônico, historicamente submetido ao controle do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. Desta forma, o PDSA se estabeleceu como utopia de desenvolvimento sustentável na Amazônia, deixando um legado para se pensar o pós-desenvolvimento sustentável, anticapitalista, de alta intensidade democrática e fundamentalmente baseado no conhecimento ancestral e na preservação da natureza.

A metodologia utilizada foi guiada pela análise dos documentos do PDSA, pela literatura do desenvolvimento sustentável publicada, e pelas anotações colhidas pelos autores com cientistas renomados, que se aproximaram (voluntariamente) do Amapá para contribuir e vivenciar o desenvolvimento sustentável na escala local. Importante citar as informações obtidas com não cientistas, artesões de práticas e de saberes, protagonista de lutas por justiça social e territorial na Amazônia, com atuação marcante no sul do Amapá. Para aferir informações publicadas no texto do jornalista Gilberto Dimenstein e dos projetos socioambientais executados em Laranjal do Jari, foram realizadas entrevistas qualitativas abertas pelo aplicativo WhatsApp, contando com a colaboração de uma das entrevistadas, moradora local, que vivenciou o período da pesquisa deste artigo: Leonice Vasconcelos, 47 anos, casada, mãe de dois filhos e avó de dois netos, como ela se apresentou durante a entrevista.

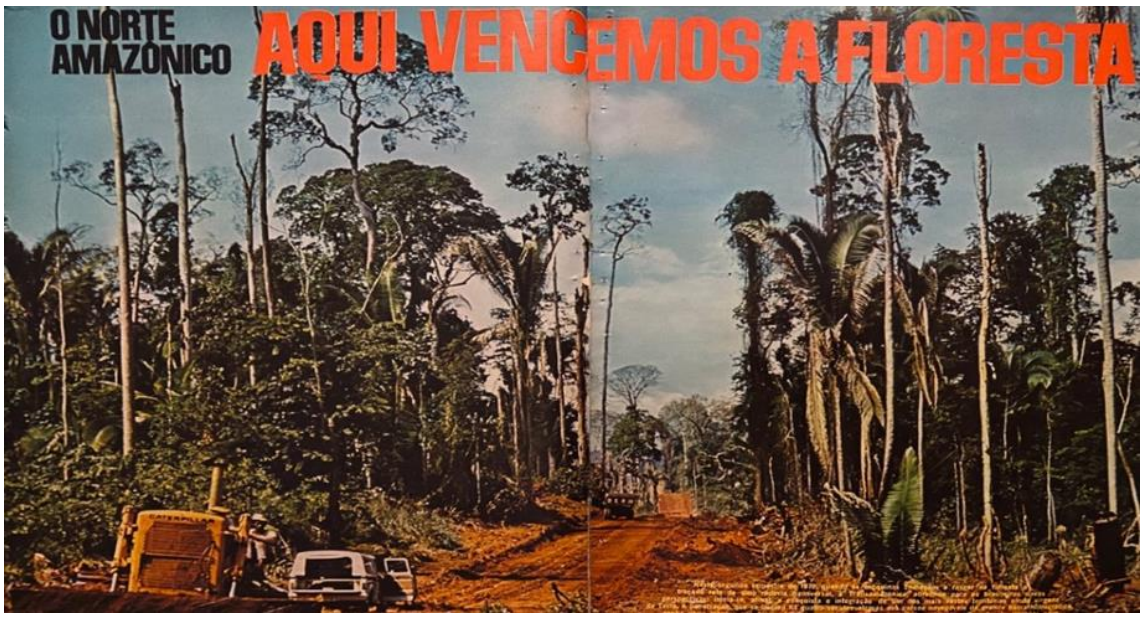
A diversidade do tema e as tensões teóricas das experiências do PDSA condicionaram a opção de evidenciar as transformações registradas no sul do Amapá, território que concentra alguns do desafios ao desenvolvimento sustentável amazônico, como: i) a existência de um grande projeto intensivo de capital e sua periferização desumanizada – Projeto Jari, ii) a presença de extensas áreas protegidas, iii) a ocupação ribeirinha em área de risco, e iv) os investimentos de cooperação internacional no fortalecimento da gestão ambiental – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).

O texto está organizado em: uma parte introdutória, seguida de um referencial teórico sobre o PDSA, a terceira parte que descreve e evidencia a região sul do Amapá em um período anterior ao PDSA e as suas transformações a partir das ações do governo, e segue para a conclusão e as referências.

2 Referencial Teórico

A Amazônia da década de 1980 apresentava taxas de desmatamento e queimadas alarmantes, além de se tornar um ambiente inseguro para ativistas que defendiam a preservação da floresta e o desenvolvimento sustentável. O assassinato de Chico Mendes em 1988 sinalizou que a violência não teria limites diante do interesse especulativo pelas terras e pela exploração dos recursos naturais. A floresta em pé era o entrave ao desenvolvimento da região e o protagonista da devastação era o Estado brasileiro (Figura 2).

Figura 2 – Revista Manchete de 1970 mostrando a "conquista" da "floresta" - abertura da rodovia Transamazônica



Fonte: Revista Quatro Cinco Um (2025).

Torna-se pertinente fazer referência à publicação de "Limites do Crescimento" pelo Clube de Roma em 1972 que alertou sobre as consequências da acumulação do capital para o ambiente físico e o comprometimento da resiliência do planeta, questão sempre ignorada pelos economistas do desenvolvimento (Sylla, 2024). O ano de 1972 foi também o ano da realização da Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano (grifo nosso), período em que o governo brasileiro

promovia políticas de ocupação da Amazônia com incentivos fiscais para investimentos privados, voltados para o desenvolvimento econômico da região, como mostrado pela Figura 1.

Diante das contradições que permeavam a política nacional — desenvolvimentismo predatório da natureza —, em 1973 foi criada uma estrutura governamental de gestão ambiental, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), órgão vinculado ao Ministério do Interior que conduzia o planejamento do desenvolvimento da Amazônia sob a mentalidade da modernização conservadora e do progresso econômico (Castro; Hébette, 1989; Kohlhepp, 2025).

Passados mais de 20 anos da virada ambiental dos anos de 1972, o PDSA surgiu em 1995 como uma política de um governo local na Amazônia, resultado dos desdobramentos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (grifo nosso) realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro. Esta conferência, também conhecida como Eco-92 ou Rio-92, alinhou as bases do desenvolvimento sustentável anunciado em 1987 pelo Relatório Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland.[1]

Os cenários projetados em 1972 pelo estudo "Limites de Crescimento", consubstanciados no avanço das pesquisas sobre o funcionamento da biosfera, levaram os países participantes da Eco-92 a assinarem protocolos de atenção aos problemas relativos às mudanças climáticas e à perda da biodiversidade. Nesta esteira da pauta ambiental, o PDSA antecipou a política pública de desenvolvimento sustentável, que somente viria a ser reconhecida pela ONU em 2012, por ocasião da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (grifo nosso).

O Amapá de 1995 ainda mantinha ares de ex-território federal, com uma população fluida de 300.000 habitantes, parte dela pertencente oficialmente ao Estado do Pará. A população flutuante aqui é entendida como uma população não contabilizada estatisticamente pelos órgãos oficiais e que mantém relação demográfica com os dois estados, o Amapá que a assiste com políticas públicas pela maior proximidade física e o Pará, pela condição da geografia oficial.

Além da questão demográfica desfavorável, o Amapá transitava — e ainda transita — num dilema que está na gênese do desenvolvimento sustentável: como melhorar a qualidade de vida da sociedade sem sacrificar ou colocar em risco a natureza? (Svampa, 2019). Nesse sentido, O PDSA fez a opção pela natureza, mas se manteve aberto à negociação política para projetos que fazem uso de recursos naturais (terra, água, minérios etc.), desde que sigam protocolos de menor impacto ambiental e maior equidade social. Ou seja, o PDSA contrapôs questões que não fazem parte da cartilha do capitalismo periférico — regulado somente em favor do mercado—, como o respeito à natureza e a repartição justa dos benefícios pela exploração de recursos naturais.

Existe uma literatura disponível sobre o PDSA que transita entre uma leitura crítica sistêmica e o registro de uma utopia amazônica (Castro, 1998; Chelala, 2003; Leonelli, 2000; Moulin, 2000; Ruellan; Cabral; Moulin, 2007). Castro (1998) analisa

[1] "Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades" (CMMAD, 1988, p. 46).

como o desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental se aliaram na formulação de políticas públicas no Amapá. O autor destaca a importância do PPG7 para o PDSA, com sinergias que fortaleceram ações voltadas para a conservação e uso sustentável da floresta em contraponto à sua exploração "in natura". O governo federal e a cooperação internacional com o PPG7 poderiam ter impulsionado muito mais o PDSA, se não fosse o seu desenho operacional travado e controles excessivos tanto dos doadores quanto do governo Federal, analisa Castro (1998).

Moulin (2000) organizou obra que traz diálogos entre Capiberibe e entrevistadores (Elson Martins, João Paulo Capobianco, Rui Xavier e Zuenir Ventura). A obra, prefaciada por Aziz Ab'Sáber, compara o PDSA como um "sonho gostoso" que, ao acordar, expõe uma realidade política perversa:

> A principal significância da obra que agora vem a lume está ligada ao fato de que a maior parte dos governadores que se dizem democratas jamais dialogam abertamente com intelectuais e cientistas. E, muito menos, estão preocupados com as aspirações e necessidade da população que se encontra na base inchada de uma pirâmide social, extremamente desigual e sofrida. Existem autoridades em nosso país que se pensam donas de todas as verdades, conhecedoras de todos os temas, e suficientemente poderosas para escolher as prioridades que melhor lhe apeteçam, ou que mais diretamente atendam aos interesses de seus amigos e correligionários (Ab'Sáber, 2000, p. 11).

Ao exaltar o caráter diferenciado do PDSA, Aziz Ab'Sáber revela também aspectos contraditórios de uma sociedade que chega ao século XXI negando a ciência e fortemente apegada ao populismo da política de satisfação imediata, para a qual o desenvolvimento sustentável se manteve — e ainda se mantém — numa retórica acadêmica distante. O desenvolvimento sustentável obriga a ciência a pensar em longo prazo e isso é incompatível com a natureza das políticas públicas de desenvolvimento nacional e regional praticadas no Brasil. Desta forma, as narrativas do PDSA somente têm sentido descoladas de qualquer viés evolucionista de desenvolvimento, independente da escala.

De fato, Martins (2000, p. 19) menciona que a concepção intelectual do PDSA coube à antropóloga Mary Allegretti, militante das causas ambientais da Amazônia e muito próxima do movimento liderado por Chico Mendes na defesa pela floresta em pé. Em seu doutorado, Allegretti (2002) firma sua tese pelo direito das populações da floresta de viverem num seringal sem patrão, frase que dá significado a quem tornou o PDSA um desafeto do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado que imperavam na Amazônia — e ainda vive —, sobretudo na Amazônia profunda, como é o sul do Amapá.

Chelala (2003, p. 126) confirma o anunciado acima: "o PDSA ignorou os anseios e expectativas coloniais sobre a região e procurou construir um caminho próprio, alheio a esses interesses. Os habitantes da região estiveram no aguardo das definições da política federal, e foram historicamente desconsiderados por elas". A autora também cita um certo desacerto do PDSA quanto a "não ter conseguido desenvolver o setor produtivo, ou ainda, não ter conseguido criar condições para que a economia do Estado se desenvolvesse a partir das perspectivas sustentáveis" (Chelala, 2003, p. 127 e 129), além de dificuldades com a participação da sociedade. Esta é uma questão polêmica entre os teóricos da economia do desenvolvimento,

quanto a incentivar negócios pela mão do Estado, mantendo minimamente os princípios da sustentabilidade.

O PDSA foi oficializado pelo governador Capiberibe através do Decreto 2453 de 14/08/1995. O programa estabeleceu seis diretrizes: 1) Valorização das vantagens comparativas do Amapá, 2) Sustentabilidade da economia, 3) Equidade social, 4) Utilização de parcerias na execução de projetos, 5) Desconcentração das atividades, e 6) Municipalização. Essas diretrizes deveriam instruir o Plano Plurianual 1996-1999, condição precarizada pela fragilidade dos planejamentos setoriais da estrutura de governo, ainda mais num contexto de falta de aderência do planejamento regional e nacional frente às teses do desenvolvimento sustentável e a uma cultura local de planejamento cartesiano baseado em fichas orçamentárias e sem participação social.

Sachs (2007, p. 8) destacou as dificuldades do PDSA quanto à ausência de transversalidade do desenvolvimento sustentável em diferentes escalas do planejamento público, reforçando seu caráter apenas exemplificativo.

> Seria humanamente impossível avançar em todas as direções no curto espaço de sete anos num pequeno estado. No entanto, parafraseando o título de um livro de entrevistas com Capi, o Amapá indicou um norte para o Brasil, e isto em dois sentidos. Mostrou em que direção se devia buscar as soluções, não só na Amazônia, mas no Brasil inteiro, e ofereceu exemplos de atuação concreta, com resultados sociais, econômicos e ambientais convincentes, em que pese a sua escala limitada.

Leonelli (2000) segue a mesma linha, sugerindo que o PDSA poderia motivar políticas do governo Lula pelo exemplo de revolução na floresta:

> Embora seja claro que não se pretende atribuir ao Amapá o papel de projeto piloto para o Brasil, posto que a incipiente economia amapaense, sua recentíssima formação social e institucional não têm dimensão, escala e complexidade socioeconômica que permitam semelhante ilação. Mas a metodologia, os princípios e a estratégia política em curso podem, sim, ter a sua dimensão nacional avaliada. Inclusive a partir de seus comprovados resultados práticos (Leonelli, 2000, p. 93).

Durante a campanha eleitoral de 2002, Lula foi ao Amapá conhecer a experiência do PDSA, realizando uma visita à Cooperativa de Castanheiros do Rio Iratapuru, no sul do estado. A cooperativa promovia práticas de sustentabilidade em um território transformado em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) pelo governo do PDSA em 1997. A RDS do Rio Iratapuru é estratégica para a proteção da Terra Indígena Waiãpi. O primeiro governo Lula não se apropriou do PDSA, nem dos princípios da sustentabilidade. Ares de planejamento regional foi suscitado somente em 2008, no segundo mandato de Lula, quando da elaboração do Plano Amazônia Sustentável (PAS), no entanto se manteve natimorto quanto a possíveis novos rumos para o desenvolvimento regional amazônico.

A retomada do planejamento regional pelo governo Lula seguiu o modelo da política tradicional, consubstanciado nos Programas de Aceleração do Crescimento e suas metas de grandes obras com impactos significativos sobre a natureza e a cultura amazônica. O desenvolvimento sustentável da Amazônia se mantém historicamente

pelo regramento das métricas do crescimento econômico e dos bagres[2] que nadam contra o desenvolvimento regional.

3 A experiência libertária do PDSA no sul do Amapá

A região sul do Amapá é um laboratório amazônico para o desenvolvimento sustentável: 1) a história do polêmico Projeto Jari, um dos maiores latifúndios do planeta e território colonizado pela exploração do trabalho e pelo imaginário capitalista de "ver a floresta crescer como um grande milharal"; 2) a formação de um núcleo urbano — o Beiradão —, de palafitas erguidas sobre o meandro do rio Jari para abrigar a população excluída do grande projeto; e 3) a presença de áreas protegidas constituindo, juntamente com o norte do Pará e Guiana, um extenso corredor de biodiversidade com a presença de comunidades indígenas e populações tradicionais (Chagas, Cavalcante; 2024; Sociedade Amapaense para a Natureza e Solidariedade [SANS], 2002a).

Para contextualizar o leitor do cenário regional que antecedeu as ações do PDSA no sul do Amapá, recorre-se à obra de Dimenstein (1992), cujo texto é fiel ao seu tempo, à descrição de um dos principais impactos sociais dos grandes projetos intensivos de capital, e ao desafio do desenvolvimento sustentável na Amazônia:

> Nos fins de semana, aquelas passarelas ficam congestionadas de homens em busca do prazer venal. Não raro os mais bêbados e descuidados despencam os dois metros que separam a passarela do chão. Vêm do Projeto Jari, construído na década de 70 pelo empresário americano Daniel Ludwig em torno da cidade de Monte Dourado, no Pará. O projeto absorveu 1 bilhão de dólares, e hoje há unidades de produção de celulose, caulim e bauxita, mas administrada por empresários brasileiros.
>
> Apenas o rio separa Monte Dourado do Beiradão, subproduto involuntário e incontrolável do megaprojeto de transformar a Amazônia num oásis agrícola – e que surgiu, entre outras coisas, para oferecer mulheres. Entre os dois lados, são dois minutos de barco a motor, as voadeiras. Mas estão muito distantes no tempo (Dimenstein, 1992, p. 38).

O Laranjal do Jari fazia parte da rota do tráfico de meninas na Amazônia submetidas ao submundo da prostituição infantil. A menina que serviu de guia para a pesquisa investigativa do jornalista Gilberto Dimenstein chama-se Janaína:

> Janaína serviu de guia pelos labirintos de passarelas de Laranjal do Jari, no Amapá. Não vive com os pais – nem sabe onde estão. Conhece os principais esconderijos das meninas prostitutas, seus costumes, medos e traumas. Ela própria carrega seus traumas e ingenuidades infantis, apesar de ser uma das vítimas do mundo dos adultos, forçada ao sexo para sobreviver (Dimenstein, 1992, p. 41).

A moradora de Laranjal do Jari, Sandra Fogaça, lembra de Janaína:

> A gente brincava junto e eu não sabia que ela era de lá das boates, porque ela veio tão pequena, tão pequeninha que eu acho que o dono da boate

[2] Em 2007, o presidente Lula fez referência ao "bagre" para dizer que o Ibama estava atrapalhando o desenvolvimento nacional, travando o licenciamento ambiental das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau.

> deixava ela brincar. De noite ela estava lá [...] ela era uma criança, devia ter 11 a 12 anos [...] o nome dela era Janaína (Fogaça, 2025).

As boates citadas por Dimenstein na obra "Meninas da Noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil" foram fechadas e transformadas em escolas durante o governo do PDSA, liderado por Capiberibe e em parceria com o governo municipal, tendo à frente o prefeito Reginaldo Brito de Miranda. Duas delas homenagearam professores que se destacaram na luta pela educação: 1) Escola Estadual Mineko Hayashida[3], professora de origem japonesa que veio para o Amapá no período do pós-guerra e trabalhou como agricultora na Colônia Agrícola do Matapi; e 2) Escola Municipal Paulo Freire, educador brasileiro que dedicou sua vida a combater a ignorância, reduzir o analfabetismo e exaltar o poder transformador da educação.

Projetos complementares de combate à violência e ao crime de tráfico e prostituição infanto-juvenil surgiram no município por iniciativas voluntárias, como Gangues da Paz, Cidadão Mirim e Cidadão Ambiental. O objetivo principal das ações era retirar as crianças e jovens da rua e do controle do crime. O Projeto Cidadão Ambiental recebeu apoio do MMA/PPG7 e contou com a participação de diversos colaboradores como do filósofo e poeta Herbert Emanuel Valente de Oliveira, da professora de literatura Adriana Abreu, da professora e contadora de histórias Christianne Rothier e do artista plástico e mímico Jiddu Saldanha (SANS, 2002a, 2002b).

Leonice Vasconcelos, moradora de Laranjal do Jari, uma das jovens atendidas pelo Projeto Cidadão Ambiental, comenta:

> O Projeto Cidadão Ambiental foi um convite a juventude para refletir tudo ao nosso redor, não somente relacionado aos nossos hábitos culturais, mas também a qualidade de vida que desejaríamos ter. Foi esse convite especial para repensar as atitudes... o projeto ajudou a termos um olhar mais cuidadoso para a natureza como também quem nós somos na natureza. Era uma turma de jovens que se relacionava, que brincava e que sonhava (Vasconcelos, 2025).

A descrição da escravidão por prostituição praticada pelos coronéis da época também se fez presente no sistema de trabalho injusto e violento a que eram submetidas as pessoas que faziam a coleta da castanha-do-brasil no sul do Amapá. Praticava-se o "aviamento", sistema de relação social de produção estabelecido nas áreas de extrativismo vegetal da Amazônia, no qual os patrões antecipam serviços e/ou produtos industrializados em troca da produção extraída da floresta, como o látex da seringueira (borracha), a castanha-do-brasil, os óleos essenciais, dentre outros produtos. Referido sistema mantém o trabalhador "preso" ao patrão devido ao ciclo de endividamento (Allegretti, 2002; Filocreão, 2007).

A criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari em 1990 se deu diante de um árduo processo de lutas pelo direito às terras controladas pelas empresas do Projeto Jari:

> O controle da região do Jari e Cajari, tanto no período de Ludwig quanto no período de empresários nacionais, caracterizou-se pela violência da

[3] A Escola Estadual Mineko Hayashida foi realocada da área portuária de Laranjal do Jari para a região de terra firme, conhecida como "Agreste". Uma nova escola foi construída durante o governo Capiberibe, com ambientes modernos, quadra esportiva e piscina.

> segurança armada do Projeto contra os posseiros existentes na região, para evitar a construção ou melhoria das suas moradias, tentando salvaguardar o direito de posse das terras ao latifúndio (Filocreão, 2014, p. 129).

A desarticulação do secular sistema de aviamento é um dos benefícios da criação de Reservas Extrativistas (RESEXs) na Amazônia e um passo importante para pensar o desenvolvimento sustentável como sistema insurgente ao capitalismo (Allegretti, 2002; Filocreão, 2002). Nesse mesmo período, no começo dos anos de 1990, também se deu o início à abertura da BR-156, trecho sul, interligando a capital do Estado, Macapá, à cidade de Laranjal do Jari.

O projeto de construção da estrada foi submetido à audiência pública devido aos impactos significativos da obra, principalmente por cortar uma extensa área de Floresta Amazônica em território protegido: a Reserva Extrativista do Rio Cajari.[4] A mobilização de organizações ambientalistas não governamentais, lideradas pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)[5] e pelo Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), resultou em medidas compensatórias para os moradores da reserva e em alteração do projeto para estrada-parque.

Pedro Ramos de Sousa, um dos fundadores do CNS e liderança ambiental da Amazônia, assim descreve a audiência pública realizada em 24/07/1991:

> Quando a gente solicitou a audiência pública, a gente pensou que seria realizada em Macapá, mas acabou sendo realizada em Laranjal do Jari. Como a gente tinha uma capacidade de mobilização grande, a gente solicitou ajuda da Mary Allegretti para angariar recursos para levar muitas pessoas pra essa audiência. Conseguimos alugar dois barcos grandes, que saíram de Macapá, pegaram o pessoal lá do Maracá e do Cajari. Convidamos o professor Orlando Valverde, o geógrafo Carlos Walter Porto, a Maldi... a gente recebeu contribuição do Fearnside do INPA, do Lúcio Flávio Pinto de Belém. Todos mandaram contribuições por escrito pra gente incorporar lá na audiência. A Mary Allegretti articulou muita gente bacana e a audiência 'bombou'. Isso gerou certo incômodo ao governo da época[6] (Chagas, 2021).

A segunda medida que trata da estrada-parque, após movimentações processuais administrativas do licenciamento ambiental para readequação do projeto, de fato, nunca foi adotada, com decisão judicial em favor da abertura da estrada pelos mesmos protocolos da engenharia da época dos militares, sem nenhuma ação de redução dos impactos à biodiversidade.

A Reserva Extrativista do Rio Cajari pode ser considerada a primeira revolução sustentável na floresta do Amapá ao promover a reforma agrária com a proteção da natureza. O PDSA foi a segunda revolução, ao acolher o movimento dos extrativistas

---

[4] A Reserva Extrativista é uma modalidade peculiar de reforma agrária e unidade de conservação, formulada pelos seringueiros da Amazônia em 1985, que visa à proteção e o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando o direito de comunidades tradicionais aos territórios onde sempre viveram. Inspiradas nas terras indígenas, as áreas são demarcadas como territórios contínuos, de propriedade do Estado, cedidos para o uso dos extrativistas (IEA, 2025).

[5] O Conselho Nacional do Seringueiros (CNS) foi fundado em outubro de 1985, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília. Em 2009 passou a se chamar Conselho Nacional das Populações Extrativistas, mantendo a sigla CNS.

[6] Em 1991, o Amapá era governado por Anníbal Barcellos, ex-comandante da Marinha do Brasil.

de castanha-do-brasil para que o desenvolvimento sustentável comunitário prosseguisse e não se tornasse mais uma iniciativa de produção na Amazônia comoditizada pelo mercado.

Os compradores de castanha-do-brasil, conhecidos como atravessadores, exerciam o controle do mercado, estabelecendo o preço a ser pago aos coletores da castanha na floresta. O preço variava de acordo com a produção da safra. A castanha-do-brasil do sul do Amapá era direcionada in natura para grandes comerciantes que exportavam a castanha para o mundo — Brazilian nuts. O PDSA apoiou a organização dos extrativistas de castanha-do-brasil e fomentou o cooperativismo na região sul do Amapá:

> Os principais investimentos públicos utilizados para viabilizar essas áreas foram destinados ao fomento da coleta, industrialização e comercialização de dois principais produtos: a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) e o açaí (Euterpe oleraceae), resultando na instalação de três fábricas para o beneficiamento da castanha, uma na RDS do Rio Iratapuru sob a gestão da Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Iratapuru (COMARU), com produção de óleo para a indústria de cosmético; uma fábrica para produção de castanha descascada e embalada a vácuo e produção de óleo em Laranjal do Jari, administrada pela Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores do Laranjal do Jari (COMAJA); uma fábrica para a produção de castanha dry, desidratada com casca, na RESEX Cajari, administrada pela Cooperativa Mista dos Extrativistas do Alto Cajari (COOPERALCA), e uma indústria para o beneficiamento do açaí em palmito na RESEX Cajari, administrada pela Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari (COOPERCA) (Filocreão; Silva; Lomba, 2019).

O PDSA projetou transformar o sul do Amapá em um polo industrial da castanha-do-brasil, com a produção cooperada de vários subprodutos, desde a castanha dry para compor o Brazilian nuts, ao refinado óleo da castanha (Figura 3). O princípio da valorização das vantagens comparativas pela agregação de valor na produção e beneficiamento da castanha-do-brasil com protagonismo do intercooperativismo encontrou sustentação técnica e financeira do governo do PDSA. A industrialização pelo intercooperativismo no sul do Amapá, apesar das condições políticas favoráveis, enfrentou vários obstáculos. A hipótese de Sachs (2007), de que seria humanamente impossível avançar em todas as direções no curto espaço de sete anos num pequeno estado, se confirmou.

Figura 3 – Outdoor instalado na cidade de Laranjal do Jari com propaganda do óleo de castanha-do-brasil



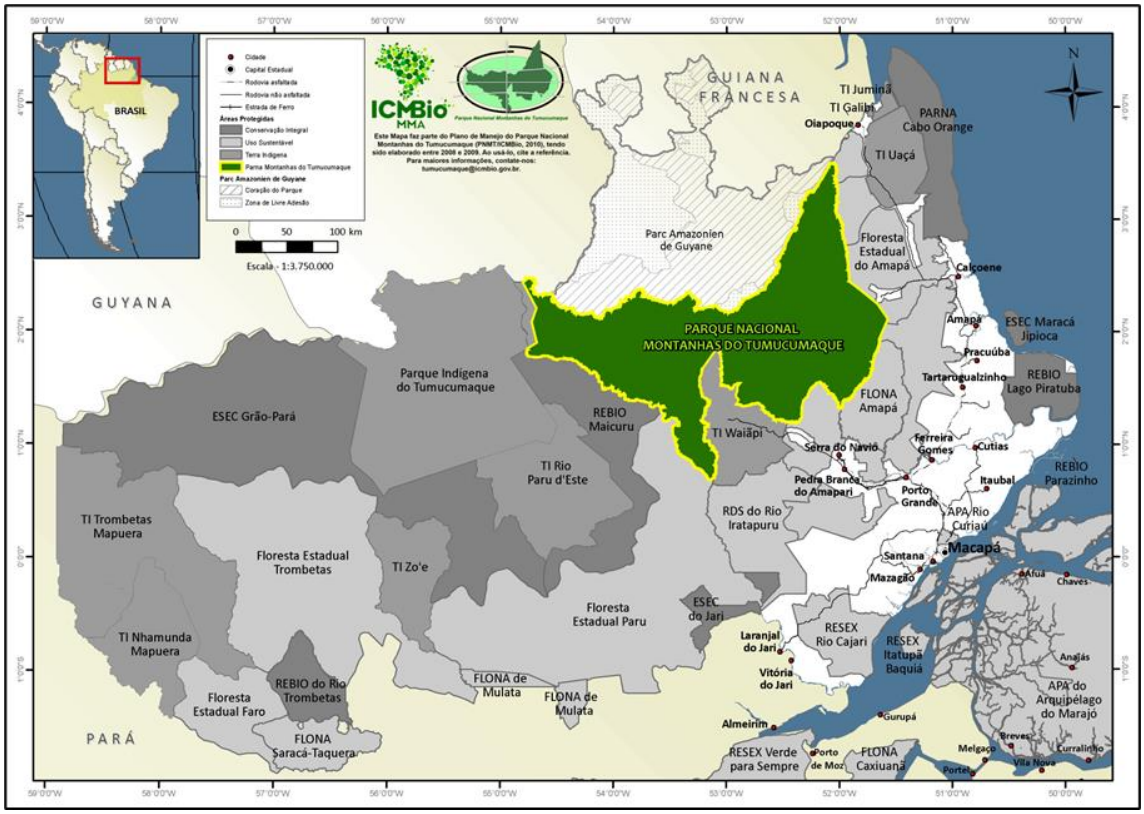
Fonte: SANS (2002a).

As ações do PDSA no sul do Amapá aconteceram em consonância com a implementação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), o maior programa ambiental de cooperação do planeta, tendo a Alemanha como país doador líder e o governo brasileiro, através do Ministério do Meio Ambiente (MMA), como gestor dos recursos, e execução pelos estados da Amazônia (Chagas, 2003).

Resultados sinérgicos do PDSA e do PPG7 no Amapá em favor da natureza se deram pela criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (Unidade de Conservação Federal) em 2002, o maior do planeta em área de floresta tropical, com 3.865.188,53 hectares, e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (Unidade de Conservação Estadual) em 1997, com 806.814 hectares (Chagas; Cavalcante, 2024).

As áreas protegidas para salvaguarda da natureza e das populações da floresta foram um dos mais notáveis resultados da experiência de desenvolvimento sustentável do Amapá. A região do Amapá, juntamente com o norte do Pará e as Guianas, constitui um dos mais importantes corredores de sociobiodiversidade do planeta, abrangendo mais de 300 mil quilômetros quadrados entre unidades de conservação e terras indígenas (Mapa 1).

Mapa 1 – Unidade de Conservação e Terras Indígenas Amapá-Pará-Guiana Francesa



Fonte: ICMBio (2009).

A região mais protegida e possivelmente mais preservada em área de floresta tropical do planeta tem sido interpretada como "ultraperiférica", "território em transe silencioso", "faixa de fronteira", entre outros significados, que a individualizam enquanto gestão territorial, conectividade e interação clima/biodiversidade. De alguma forma, o PDSA inverteu a lógica desenvolvimentista de tornar o sistema ambiental um subsistema da economia, como convencionalmente se observa nos discursos sobre desenvolvimento sustentável que sacrificam a natureza diante da racionalidade econômica.

Ademais, o PDSA aconteceu na Amazônia, numa escala local, com acolhimento muito mais significativo de programas de cooperação internacional do que de uma agenda programática de planejamento público nacional e regional. Os resultados são muito mais simbólicos, mas de uma dimensão inspiradora de um passado que ainda está por vir.

4 Conclusão

Passados 30 anos, as utopias de desenvolvimento sustentável idealizadas sob a coordenação do governador Capiberibe no estado do Amapá ainda instigam a curiosidade acadêmica pela angustiante insegurança conceitual do tema — desenvolvimento sustentável — e dos paradigmas que o cercam, enquanto contraponto — ou não — ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado.

O PDSA promoveu uma revolução sustentável no sul do Amapá ao transformar as boates em escolas públicas, ao incentivar o intercooperativismo da castanha-do-brasil, e ao apoiar a criação de áreas protegidas como estratégia de enfrentamento às escravidões — de meninas submetidas à prostituição e de trabalhadores da floresta — comandadas pela racionalidade do capital destrutivo da natureza e de vidas.

Ações que se insinuem voltadas para o desenvolvimento sustentável devem ser pautadas em processos democráticos de alta intensidade, democracia participativa e comunitária; em utopias enquanto decisão política de enfrentamento às elites do atraso institucional; no entendimento e respeito às culturas; e principalmente na radical intolerância a todas as formas de opressão contra a liberdade e a natureza.

Agradecimentos

Ao casal João e Janete Capiberibe, "políticos entardecidos, talvez; mas eternamente jovens, como um rio a espera de sua cheia" (adaptado de "A Adiada Enchente", de Mia Couto).

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz. O Amapá em debate: novos rumos – prefácio. *In*: MOULIN, Nilson (org.). **Amapá:** um norte para o Brasil. São Paulo: Cortez, 2000.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais:** Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

CASTRO, Edna; HÉBETTE, Jean (org.). **Na trilha dos grandes projetos:** modernização e conflitos na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

CASTRO, Manoel Cabral de. **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental na formulação de políticas públicas:** a experiência do Estado do Amapá. Macapá: CEFORH/SEMA, 1998.

CHAGAS, Marco Antonio. **Gestão Ambiental no Amapá**: Evolução e Contribuição do Subprograma de Política de Recursos Naturais do PPG7. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

CHAGAS, Marco Antonio. **Mano Pedro:** socioambientalismo, ecologia de saberes e artesanias das práticas na Amazônia. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2021.

CHAGAS, Marco Antonio; CAVALCANTE, Alcione Maria Carvalho. **História Ambiental do Amapá:** do tempo do ronca à COP 30. Curitiba: Editora CRV, 2024.

CHELALA, Cláudia Maria do Socôrro Cruz Fernandes. **O Estado e o Desenvolvimento Sustentável:** a experiência do Amapá. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite:** a prostituição de meninas-escravas no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

FILOCREÃO, Antonio Sérgio Monteiro. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia:** as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

FILOCREÃO, Antonio Sérgio Monteiro. **A história do agroextrativismo na Amazônia amapaense**. Macapá: UNIFAP, 2014.

FILOCREÃO, Antonio Sérgio Monteiro; SILVA, Irenildo Costa da; LOMBA, Roni Mayer. A sustentabilidade dos sistemas agroflorestais do Sul do Amapá. **Revista Espaço e Geografia**, v. 22, n. 2, p. 521-554, 2019. DOI: https://doi.org/10.26512/2236-56562019e40213.

FOGAÇA, Sandra. **Falas sobre a pesquisa investigativa do jornalista Gilberto Dimenstein da prostituição de meninas-escravas em Laranjal do Jari**. Laranjal do Jari, 14 set. 2025. Mensagem em Áudio (WhatsApp).

GRAMSCI, Antônio. **Cartas do Cárcere**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Plano de Manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque**. Brasília: ICMBio; Ministério do Meio Ambiente, 2009.

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS – IEA. **Origem das Reservas Extrativistas** [20--]. Disponível em: https://institutoestudosamazonicos.org.br/reservas-extrativistas/. Consulta em: 15 set. 2025.

LEONELLI, Domingos. **Uma sustentável revolução na floresta**. São Paulo: Editora Viramundo, 2000.

KOHLHEPP, Gerd. **The Brazilian Amazonia in change II**: five decades of exploitation, deforestation and attempts at sustainable development. Bielefeld: transcript Verlag; Biblioteca Luso-Afro-Brasileira, 2025.

MARTINS, Elson. Sinais de Vida na Amazônia. *In*: MOULIN, Nilson (org.). **Amapá:** um norte para o Brasil. São Paulo: Cortez, 2000.

MOULIN, Nilson (org.). **Amapá:** um norte para o Brasil. São Paulo: Cortez, 2000.

REVISTA QUATRO CINCO UM. A ofensiva da ditadura militar contra a Amazônia [20--]. Disponível em: https://quatrocincoum.com.br/galeria/a-ofensiva-da-ditadura-militar-contra-a-amazonia/. Acesso em: 12 set. 2025.

RUELLAN, Alain; CABRAL, Manuel; MOULIN, Nilson (org.). **Desenvolvimento Sustentável no Amapá**: uma visão crítica. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2007.

SOCIEDADE AMAPAENSE PARA A NATUREZA E SOLIDARIEDADE – SANS. **Guia de habilidades humanas de Laranjal do Jari**. Macapá: SANS, MMA/SCA, 2002a.

SOCIEDADE AMAPAENSE PARA A NATUREZA E SOLIDARIEDADE – SANS. **Agenda ambiental para professores de Laranjal do Jari**. Macapá: SANS, MMA/SCA, 2002b.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução: Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

SYLLA, Samba Ndongo. O mito do desenvolvimento econômico – posfácio. *In*: FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

VASCONCELOS, Leonice. **Falas sobre o projeto Cidadão Ambiental em Laranjal do Jari**. Laranjal do Jari, 19 set. 2025. Mensagem em Áudio (WhatsApp).

Marco Antonio Chagas. Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental. Universidade Federal do Amapá. Rod. Josmar Chaves Pinto, km 02 – Jardim Marco Zero – 68903-419 – Macapá/AP, Brasil. marco.chagas@unifap.br

Adalberto Carvalho Ribeiro. Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental. Universidade Federal do Amapá. Rod. Josmar Chaves Pinto, km 02 – Jardim Marco Zero – 68903-419 – Macapá/AP, Brasil. adalberto@unifap.br

Ricardo Ângelo Pereira de Lima. Doutor em Geografia Humana. Universidade Federal do Amapá. Rod. Josmar Chaves Pinto, km 02 – Jardim Marco Zero – 68903-419 – Macapá/AP, Brasil. ricardo@unifap.br

Submetido em: 09/10/2025 **Aprovado em: 23/06/2026**

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação: Marco Antonio Chagas
Pesquisa: Marco Antonio Chagas
Metodologia: Marco Antonio Chagas
Escrita – primeira redação: Marco Antonio Chagas
Escrita, revisão e edição: Adalberto Carvalho Ribeiro; Ricardo Ângelo Pereira de Lima